

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**PATRIARCADO E FEMINISMO: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA LUTA PELOS
DIREITOS DAS MULHERES E SEUS ECOS EM URBANO SANTOS (MA)**

Railson Silva Nunes¹

Resumo: Este artigo analisa, sob uma perspectiva histórica e crítica, a luta das mulheres por igualdade de direitos em uma sociedade estruturada pelo patriarcado. Parte-se da exclusão feminina na declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão no período da Revolução Francesa. Destacando a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (1791), de Olympe de Gouges, como marco inicial do pensamento feminista moderno. Quando abordamos o contexto brasileiro, a obra de Nísia Floresta é valorizada como pioneira na defesa da educação e dos direitos das mulheres no século XIX. O texto aborda o patriarcado como um sistema de dominação histórica, sustentado por discursos religiosos, culturais e econômicos, que ainda influencia as relações de gênero na contemporaneidade. Também aqui nos será abordado assuntos pertinentes sobre a 1ª Conferência Livre de Políticas para as Mulheres em nível local na cidade de Urbano Santos - MA.

Palavras-chave: Feminismo. Patriarcado. Direitos das Mulheres. Interseccionalidade.

¹ Railson Silva Nunes, graduando do curso de História, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), PARFOR Urbano Santos. Artigo sobre PATRIARCADO E FEMINISMO: a construção histórica da luta pelos direitos das mulheres e seus ecos em Urbano Santos (MA). meu email para contato: railsonsilvanunes193@gmail.com

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



PATRIARCHY AND FEMINISM: The Historical Construction of the Struggle for Women's Rights and Its Echoes in Urbano Santos (MA)

Abstract: This article analyzes, from a historical and critical perspective, women's struggle for equal rights in a society structured by patriarchy. It begins with the exclusion of women from the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen during the period of the French Revolution, highlighting the Declaration of the Rights of Woman and of the Female Citizen (1791), by Olympe de Gouges, as an early milestone of modern feminist thought.

When addressing the Brazilian context, the work of Nísia Floresta is recognized as pioneering in advocating for women's education and rights in the nineteenth century. The text examines patriarchy as a historical system of domination, sustained by religious, cultural, and economic discourses, which continues to influence gender relations in contemporary society. It also discusses relevant aspects of the 1st Free Conference on Public Policies for Women at the local level in the city of Urbano Santos.

Keywords: Feminism. Patriarchy. Women's Rights. Intersectionality.

PATRIARCADO Y FEMINISMO: la construcción histórica de la lucha por los derechos de las mujeres y sus ecos en Urbano Santos (MA)

Resumen: Este artículo analiza, desde una perspectiva histórica y crítica, la lucha de las mujeres por la igualdad de derechos en una sociedad estructurada por el patriarcado. Parte de la exclusión femenina en la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano durante el período de la Revolución Francesa, destacando la "Declaración de los Derechos de la Mujer

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



y de la Ciudadana” (1791), de Olympe de Gouges, como un hito inicial del pensamiento feminista moderno.

Al abordar el contexto brasileño, la obra de Nísia Floresta es valorada como pionera en la defensa de la educación y de los derechos de las mujeres en el siglo XIX. El texto analiza el patriarcado como un sistema de dominación histórica, sustentado por discursos religiosos, culturales y económicos, que aún influye en las relaciones de género en la contemporaneidad. Asimismo, se abordan aspectos relevantes sobre la 1ª Conferencia Libre de Políticas para las Mujeres a nivel local en la ciudad de Urbano Santos.

Palabras clave: Feminismo. Patriarcado. Derechos de las Mujeres. Interseccionalidad.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO (Patriarcado e dominação masculina)

O patriarcado é compreendido como um sistema histórico de dominação masculina que se sustenta em diversas esferas sociais: política, econômica, cultural e simbólica (Engels, 2010 [1884]; Bourdieu, 2002). Engels associa a consolidação do patriarcado à propriedade privada e à divisão sexual do trabalho, que estabeleceram a supremacia masculina e restringiram a autonomia das mulheres. Bourdieu acrescenta que a dominação se dá não apenas pela coerção física, mas também pela violência simbólica, que naturaliza a desigualdade de gênero e a perpetua culturalmente.

Religião, filosofia e cultura também atuaram como instrumentos de legitimação do patriarcado. Aristóteles, por exemplo, descrevia as mulheres como seres naturalmente

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



subordinados aos homens (Arendt, 2014), enquanto interpretações tradicionais do cristianismo, judaísmo e islamismo reforçaram hierarquias patriarcais (Beauvoir, 2016 [1949]).

O patriarcado é uma estrutura social que, historicamente, organiza as relações de poder com base na dominação masculina sobre outros gêneros, especialmente sobre as mulheres. Trata-se de um sistema que atravessa esferas políticas, econômicas, culturais e simbólicas, e que se sustenta por meio da naturalização da desigualdade entre os sexos. Mesmo diante dos avanços promovidos pelos movimentos feministas, suas formas de reprodução permanecem presentes na sociedade contemporânea, exigindo reflexão crítica e ação transformadora. Este artigo busca compreender as origens do patriarcado, suas formas de manifestação e as intersecções com outras opressões, propondo uma abordagem interseccional e crítica.

A estrutura patriarcal se consolidou a partir da transição das sociedades igualitárias nômades para as sociedades agrícolas, nas quais a propriedade privada e a herança passaram a ter papel central. Engels (2010 [1884]) argumenta que o patriarcado surge com a “derrota histórica do sexo feminino”, associada à formação da propriedade privada e à divisão do trabalho. A partir daí, os homens assumem o controle dos meios de produção e do poder político, estabelecendo a supremacia masculina como norma social.

Essa hegemonia foi reforçada por instituições religiosas e filosóficas. Aristóteles, por exemplo, descrevia as mulheres como seres passivos e subordinados aos homens por natureza (ARENDR, 2014). O cristianismo, o judaísmo e o islamismo, em suas interpretações tradicionais, também reafirmaram a autoridade masculina sobre a família e a sociedade (BEAUVOIR, 2016 [1949]).

Tais discursos, institucionalizados ao longo do tempo, contribuíram para a legitimação de desigualdades de gênero, tornando-as culturalmente aceitas como “naturais” e, portanto, invisíveis em muitos contextos.

O patriarcado se manifesta por meio de instituições sociais que perpetuam normas e expectativas de gênero. Segundo Scott (1995), o gênero é uma categoria útil para a análise histórica, pois revela como as diferenças entre homens e mulheres são construídas socialmente

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



e utilizadas para justificar desigualdades. Assim, desde a infância, indivíduos são moldados por papéis de gênero que refletem os interesses do sistema patriarcal.

Na mídia, o patriarcado se expressa por meio da representação da mulher como objeto de desejo, submissa ou frágil, contribuindo para a formação de uma cultura machista e discriminatória (LOURO, 1997). Esses discursos midiáticos reforçam o controle simbólico sobre os corpos e comportamentos femininos, legitimando práticas cotidianas de exclusão e violência.

A violência de gênero é uma das manifestações mais explícitas do patriarcado. Ela atua como mecanismo de controle, punindo mulheres que transgridem as normas impostas ao seu gênero. Segundo Bourdieu (2002), a dominação masculina não se dá apenas pela coerção física, mas também pela violência simbólica, que atua no campo das representações e legitima as hierarquias como naturais.

O feminicídio, tipificado no Brasil pela Lei nº 13.104/2015, representa a expressão mais extrema dessa violência. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), uma mulher é assassinada a cada sete horas no país em razão de seu gênero, revelando a urgência de políticas públicas eficazes e de uma mudança cultural profunda.

O patriarcado não atinge todas as mulheres da mesma forma. Mulheres negras, indígenas, trans, com deficiência, pobres ou periféricas enfrentam formas múltiplas e simultâneas de opressão. A interseccionalidade, conceito desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (1989), é essencial para compreender como essas opressões se cruzam e se reforçam.

No Brasil, por exemplo, as mulheres negras ocupam os piores índices socioeconômicos, com maior vulnerabilidade à violência e ao desemprego (GONZALEZ, 1988). Mulheres trans são constantemente excluídas do mercado formal de trabalho, expostas à violência cotidiana e alvo de discursos de ódio que reafirmam normas de gênero excludentes (BENTO, 2006).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Portanto, qualquer análise crítica do patriarcado precisa considerar essas interseções. Lutas por igualdade que ignoram essas dimensões correm o risco de reproduzir as exclusões que pretendem combater.

Nas últimas décadas, o feminismo tem desempenhado um papel central na desestabilização das estruturas patriarcais. A conquista de direitos civis, o acesso à educação e ao mercado de trabalho, a visibilidade das pautas de gênero e o combate à violência são frutos de décadas de mobilização (SAFFIOTI, 2004).

No entanto, o patriarcado demonstra uma capacidade de adaptação. Em tempos de crise, surgem ondas conservadoras que buscam restaurar os valores tradicionais de gênero e deslegitimar os avanços feministas. Esses movimentos, muitas vezes apoiados em discursos religiosos e moralistas, apresentam o feminismo como ameaça à ordem social e à família (FRASER, 2019).

É necessário, portanto, promover uma educação emancipadora, que questione os estereótipos de gênero desde a infância, e incentivar novas formas de masculinidade, baseadas no cuidado, na empatia e na equidade. Homens também devem ser agentes de mudança, comprometendo-se com a desconstrução de privilégios e com a promoção de relações mais justas.

A “DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA MULHER E DA CIDADÃ” (1791), DE OLYMPE DE GOUGES

A participação feminina na sociedade, ao longo da história, tem se mostrado marcada por profundas restrições impostas por uma estrutura patriarcal, no qual limitava-se o papel das mulheres ao ambiente doméstico e lhes negavam direitos fundamentais, como o acesso à educação e à vida pública. Com o passar dos séculos, no entanto, movimentos feministas e mobilizações sociais passaram a questionar essas limitações, reivindicando igualdade de direitos e oportunidades.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Na atualidade, embora haja avanços significativos — como a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política — ainda persistem desafios estruturais, entre eles a desigualdade salarial, a violência de gênero e o machismo enraizado nas relações sociais. Diante desse cenário, torna-se fundamental refletir sobre os obstáculos que continuam a impedir a plena participação das mulheres nos diversos espaços da sociedade, bem como reconhecer os marcos históricos e as contribuições de figuras pioneiras na luta pela igualdade de gênero.

A declaração dos direitos do homem e do cidadão de 1789 e a 1ª declaração dos direitos da mulher e da cidadã de 1791, de OLYMPE DE GOUGES A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, surgiu durante a Revolução Francesa e defendia ideias como liberdade, igualdade e direitos para os cidadãos. Porém, apesar de falar em “homem”, esses direitos não incluíam as mulheres.

Em 1791, Olympe de Gouges escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, denunciando essa exclusão e exigindo que as mulheres tivessem os mesmos direitos, voz e reconhecimento que os homens. Ela mostrou que não existe verdadeira igualdade quando metade da população é deixada de lado. Em outras palavras: enquanto um documento falava de direitos “universais”, o outro revelou que essa universalidade não era real — e lutou para corrigir essa injustiça.

Em 26 de agosto de 1789, foi aprovada na França, pela Assembleia Nacional Constituinte, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa declaração apresentava um preâmbulo seguido de 17 artigos, nos quais o homem era colocado como o sujeito central, detentor de direitos como liberdade, propriedade e segurança. Dessa forma, a estrutura patriarcal permanecia intacta, sem contemplar explicitamente os direitos das mulheres.

Na década de 1780, antes da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), já se destacava uma mulher que defendia os direitos femininos e transformações sociais. Marie Gouze, conhecida pelo pseudônimo Olympe de Gouges, foi uma ativista engajada na defesa dos direitos coletivos da época.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDDE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Olympe de Gouges não se conformou com a exclusão das mulheres da declaração oficial e, em 1791, publicou a sua própria “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, como uma resposta crítica à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Nessa obra, ela denunciava a exclusão feminina dos direitos políticos e sociais e reivindicava igualdade plena entre os gêneros.

Olympe de Gouges denunciava a exclusão das mulheres dos direitos políticos e sociais durante a Revolução Francesa, alertando para a ignorância e descaso que perpetuavam injustiças sociais. Ela propunha que as mulheres fossem reconhecidas como cidadãs plenas, com os mesmos direitos e deveres dos homens, ocupando igualmente os espaços públicos.

SIMONE DE BEAUVOIR

“A mulher não nasce obediente, passiva ou dependente; é a educação repressora que a faz aceitar a dominação masculina. Para mudar essa situação, a mulher deveria se libertar da educação e buscar o caminho da autorrealização.” (BEAUVOIR, 1998, p. xx).

Segundo Beauvoir, as mulheres não nascem submissas ou dependentes, mas a sociedade e a educação que recebem desde pequenas lhes ensinam essas atitudes, levando-as a aceitar a dominação masculina como algo natural. A autora critica essa educação repressora e defende que, para transformar essa realidade, a mulher deve libertar-se dessas imposições e buscar sua própria realização pessoal, sendo dona de suas escolhas e caminhos. Assim, abre-se espaço para futuras gerações que buscam direitos e avanços por meio de lutas e conquistas.

Apesar dos fortes movimentos sociais e feministas ao longo do tempo, que buscam reverter o quadro de hegemonia patriarcal, ainda há obstáculos significativos para a plena igualdade. A crescente presença feminina no mercado de trabalho e na política é um avanço notável, porém a luta por igualdade plena permanece.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



June E. Hahner, em sua obra *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas*, destaca que:

“Por muitos anos, as mulheres estiveram ausentes ou desfiguradas na história brasileira. Como em qualquer outra parte do mundo, não se faz justiça ao papel que desempenharam no desenvolvimento do país. Pouco se sabe de suas vidas, papéis e experiências no passado, e a própria existência de fenômenos como o movimento pelos direitos da mulher no Brasil do século XIX.” (HAHNER, 1981, p. 24)

Hahner enfatiza a invisibilidade e a representação distorcida das mulheres na história do Brasil, ressaltando a necessidade de resgatar e valorizar suas histórias para que suas contribuições sejam reconhecidas. Por muito tempo, as mulheres foram proibidas de exercer os mesmos direitos que os homens de suas épocas, e a história tradicional geralmente centra-se nas ações masculinas, negligenciando o papel feminino.

Esse resgate histórico é fundamental para compreender as lutas femininas e sua importância para a construção social, evidenciando que as mulheres desempenharam papéis significativos no desenvolvimento do país, embora frequentemente omitidos.

NÍSIA FLORESTA, UMA MULHER À FRENTE DO SEU TEMPO

“Por que a ciência nos é inútil?

Porque somos excluídas dos cargos públicos

e por que somos excluídas dos cargos públicos?

Porque não temos ciência.”

(NÍSIA FLORESTA, *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, 1832).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



No trecho citado de *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens* (1832), Nísia Floresta denuncia de forma clara o ciclo de exclusão vivenciado pelas mulheres em sua época. Ao afirmar que “a ciência nos é inútil” porque são excluídas dos cargos públicos, ela evidencia como o acesso ao conhecimento era negado às mulheres e, ao mesmo tempo, usado como justificativa para mantê-las fora das esferas de poder. A autora revela a contradição: as mulheres são acusadas de serem ignorantes ou incapazes, mas isso acontece justamente porque lhes foi negado o direito à educação e à participação pública.

Além de denunciar essa lógica injusta, Nísia mostra que o patriarcado estrutura uma espécie de armadilha social, em que a ausência de oportunidades é usada como argumento para reforçar a inferioridade feminina. A frase carrega uma crítica profunda à hipocrisia das instituições dominadas por homens, que mantêm as mulheres afastadas do saber e, em seguida, culpam-nas por não dominá-lo. Representa ainda uma das primeiras vozes feministas no Brasil que exigem não só igualdade de direitos, mas também a quebra de um ciclo de exclusão intelectual e política imposto às mulheres.

Evidencia também, a crítica irônica à exclusão das mulheres dos espaços de conhecimento na época. Nísia Floresta destaca que, se as mulheres fossem educadas, poderiam ocupar posições sociais e políticas reservadas aos homens, ganhando também mais espaço e notoriedade na sociedade.

Segundo a Fundação Ulisses Guimarães:

“Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito, e em que o ditado popular dizia que ‘o melhor livro é a almofada e o bastidor’ – com foro de verdade para muitos –, Nísia Floresta já dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros para defender os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos.”

(FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES, s.d.)

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



O texto destaca o contexto difícil em que viveu a maioria das mulheres brasileiras no século XIX, quando os direitos femininos eram praticamente inexistentes. A expressão popular mencionada — “o melhor livro é a almofada e o bastidor” — revela a visão limitada sobre a educação e o papel social das mulheres, que eram confinadas às tarefas domésticas e excluídas da vida pública e intelectual. Essa frase ilustra como a sociedade impunha às mulheres uma rotina restrita e pouco valorizada, limitando suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

Nesse cenário conservador, Nísia Floresta surge como uma figura pioneira e revolucionária. Ela não só dirigia um colégio para moças no Rio de Janeiro, promovendo a educação feminina, como também escreveu obras que defendiam não apenas os direitos das mulheres, mas também dos índios e dos escravizados. Sua atuação demonstra uma consciência social ampla e um compromisso com a justiça e a igualdade, numa época em que essas ideias eram raramente discutidas e muito combatidas. Nísia Floresta representa, portanto, uma voz corajosa contra a opressão e o preconceito da sociedade patriarcal e escravista.

O trecho acima vem reconhecer a importância histórica de Nísia Floresta como uma das primeiras feministas brasileiras, que desafiou os padrões estabelecidos e abriu caminhos para a luta por direitos civis e humanos. Sua obra e sua prática educacional são exemplos de resistência que contribuem para a construção de uma sociedade mais igualitária, onde as mulheres possam ter acesso à educação, ao conhecimento e à participação plena na vida pública. Reforçando assim, a relevância do legado de Nísia Floresta na história do feminismo e da cidadania no Brasil.

Naquela época, as mulheres eram vistas como inferiores e confinadas ao espaço doméstico, onde suas atividades limitavam-se entre a cozinha e o quarto. O ditado popular reforçava essa visão, indicando que o papel da mulher se restringia às tarefas domésticas, como bordar e cuidar do lar.

Nísia, foi uma mulher à frente de seu tempo, ao questionar os valores sociais e reivindicar a educação feminina e a igualdade de direitos.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nascestes mulheres e assim mostrai-vos; não apenas na
acepção deste vocábulo nos lábios dos vossos amáveis e
lisonjeiros antagonistas, mas dando prova daquela virtude
que melhor condiz convosco; a abnegação. (FLORESTA:
1997, 133)

Na obra acima de Nísia Floresta, observa-se uma crítica sutil, porém contundente, ao modo como a sociedade patriarcal define e espera que as mulheres se comportem. Ao dizer "nascestes mulheres e assim mostrai-vos", a autora provoca uma reflexão sobre o que significa ser mulher em uma sociedade dominada por valores masculinos. Ela questiona o ideal de feminilidade imposto pelos homens — mesmo os que se dizem gentis e lisonjeiros — que esperam da mulher uma conduta submissa e resignada, mascarada de virtude. Nísia denuncia a hipocrisia desses discursos que elogiam a mulher apenas quando ela se encaixa num papel de inferioridade social.

A autora faz uma dura crítica á forma como os homens mesmo os “amáveis” definem o que é ser mulher. Esses homens elogiam as mulheres, mas são antagonistas, ou seja, inimigos disfarçados, porque usam palavras doces para manter as mulheres num lugar de submissão, e sem espaço em seu meio.

Mesmo no contexto atual, ainda se observam falas machistas naturalizadas, o que reforça a importância de avançarmos na luta por igualdade e equidade. A obra e atuação de Nísia Floresta são exemplos pioneiros na defesa da educação para meninas, direito conquistado após muitas batalhas, mas que ainda enfrenta preconceitos e desigualdades.

No século XXI, a luta feminina por igualdade continua constante, e as conquistas alcançadas são frutos dessas batalhas históricas. Ao defender a educação das mulheres, a igualdade de direitos e a liberdade dos povos, Nísia Floresta rompeu barreiras e desafiou estruturas sociais profundas. Seu pensamento ecoa até hoje, denunciando a lentidão dos avanços rumo à justiça social.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Nísia Floresta e sua obra são mais que um exercício histórico: constituem um chamado à ação e à continuidade das lutas e conquistas femininas, que permanecem atuais e essenciais.

1ª CONFERÊNCIA LIVRE DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES em URBANO SANTOS-MA.



A conferência “Democracia e Igualdade: Uma por todas e todas por uma”, nasce na necessidade de repensar o que realmente significa viver em uma democracia. Mas do que eleições ou leis escritas no papel, a conferência trouxe a ideia de que democracia verdadeira só existe quando todas as pessoas são ouvidas e respeitadas, especialmente aquelas que, ao longo da história foram silenciadas – como as mulheres.

Durante o debate, ficou evidente que a desigualdade de gênero ainda é uma realidade presente em muitos espaços da sociedade. Mesmo com avanços importantes, as mulheres continuam enfrentando obstáculos para ocupar cargos de poder, expressar suas opiniões e ter seus direitos plenamente garantidos. A conferência então serviu como um espaço de escuta, troca e conscientização, reforçando que a exclusão não é algo natural, mas construída socialmente – e, por isso, pode e deve ser transformada.

O lema “UMA POR TODAS E TODAS POR UMA” representa a força da união e da solidariedade. Ele nos lembra que nenhuma conquista acontece sozinha e que lutar por igualdade é um compromisso coletivo. Quando uma mulher avança, toda a sociedade caminha junto, pois direitos garantidos para um grupo fortalecem a justiça e a democracia como um todo.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



De forma humana e sensível, a conferência destacou que a igualdade não é um favor nem um privilégio, mas um direito fundamental. Construir uma sociedade mais justa exige empatia, diálogo e coragem para enfrentar desigualdades históricas. Acima de tudo, o encontro reforçou que democracia e igualdade andam juntas e que só através da união e do respeito mútuo é possível criar um futuro mais digno para todas e todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado é uma estrutura social persistente, que molda comportamentos, valores e instituições. sua superação exige não apenas mudanças legais ou pontuais, mas uma transformação profunda nas formas de pensar e viver o gênero. o reconhecimento das múltiplas formas de opressão e a adoção de uma perspectiva interseccional são fundamentais para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática. a luta contra o patriarcado é, portanto, uma luta coletiva, que diz respeito não apenas às mulheres, mas a todas as pessoas comprometidas com a justiça social.

A participação feminina na sociedade tem sido historicamente marcada por restrições, com foco no papel da mulher no âmbito doméstico e na negação de direitos como educação e participação na vida pública. o patriarcado, enquanto estrutura social, exerceu grande influência nesse cenário, limitando oportunidades e reconhecimento das mulheres.

A trajetória da luta feminina por direitos ao longo da história revela um percurso árduo, porém marcado por avanços significativos. desde as primeiras vozes de resistência, como Olympe de Gouges e Nísia floresta, até os movimentos contemporâneos, as mulheres vêm conquistando espaços que antes lhes eram negados.

A análise das contribuições de pensadoras como Simone de Beauvoir, June e. Hahner e constância Lima Duarte evidencia o papel fundamental do pensamento crítico e da educação na desconstrução das estruturas patriarcais e na promoção da equidade de gênero.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



Embora conquistas importantes tenham sido alcançadas — como o direito à educação, ao voto e à maior inserção no mercado de trabalho —, a luta por igualdade plena permanece atual. A persistência de desigualdades, violência de gênero e exclusões históricas demonstra que o legado das pioneiras deve ser não apenas lembrado, mas continuamente renovado.

Assim, refletir sobre o passado e reconhecer as figuras que desafiaram as normas sociais é essencial para compreender os desafios do presente e inspirar ações que garantam um futuro mais justo e igualitário para todas as mulheres.

REFERÊNCIAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo; CANDIDO DA SILVA, Edilson Adão; FURQUIM JÚNIOR, Laercio. Multiversos: ciências humanas: ética, cultura e direitos: ensino médio. 1. ed. São Paulo: FTD, 2020.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2025.

HAHNER, June E. A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FLORESTA, Nísia. Direitos das mulheres e injustiça dos homens, 1832.

ARENDT, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016 [1949].

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. São Paulo: Garamond, 2006.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIÉDADA DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2010 [1884].

FRASER, Nancy. Fortunas do feminismo: do capital humano à justiça social. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Petronilha B. (Org.). Relações raciais e educação. Brasília: MEC, 1988.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília: IPEA, 2022.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação